

Judiciário quadruplica despesas com pessoal

Em duas décadas. Na comparação com Executivo e Legislativo, Poder foi o que mais expandiu os gastos com a folha de pagamento de 1995 a 2017: um incremento de 297%

O Judiciário quadruplicou o gasto com pessoal em pouco mais de duas décadas, em termos reais – já descontada a variação da inflação. Comparado com Executivo e Legislativo, foi o Poder que mais expandiu as despesas com a folha de pagamento de 1995 a 2017, último ano com dados consolidados. Especialistas em administração pública ouvidos pelo Estado acreditam que essa tendência deve se manter, já que o presidente Michel Temer sancionou na semana passada o reajuste de 16,38% para o Judiciário e o Ministério Público. Em 20 anos, o País e a demanda por serviços cresceram, e mais servidores foram contratados – parte deles para ocupar as vagas dos que se aposentaram. No caso do Judiciário, contudo, houve um descompasso entre o crescimento do número de funcionários e o dos gastos com pessoal.

Em 2015, em comparação com 1995, a despesa com a folha salarial era 120% maior do que seria caso tivesse apenas acompanhado o aumento no número de servidores. A comparação se dá em termos

reais, ou seja, os servidores tiveram ganhos acima da inflação no período. Não foi possível fazer os cálculos em relação a 2017, porque o Boletim Estatístico Pessoal do Ministério do Planejamento, que detalhava o número de servidores dos três Poderes, deixou de ser publicado. O Ministério Público da União, que não tem status de Poder, apresenta a relação mais estreita entre a expansão de pessoal e o crescimento dos gastos com folha de pagamento.

No final de 2015, gastava 28% a mais do que se somente bancasse as novas contratações. Porém, no histórico da evolução de gastos com pessoal, o MP da União registrou aumento de despesas maior até do que o Judiciário: mais de 347%, em termos reais, de 1995 a 2017. Na avaliação de estudiosos da administração pública, há dois motivos principais para explicar a maior expansão dos gastos do Judiciário: o crescimento da estrutura do Poder e a alta capacidade de pressão dos magistrados. O reajuste no contracheque dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) foi negociado diretamente pelo presidente da Corte, Dias Toffoli.

“Essas (categorias – Judiciário e MP) têm poder de pressão porque estão próximas à tomada de decisão”, disse o professor da FGV Sérgio Luiz Moraes Pinto. Segundo

ele, historicamente, os funcionários do Judiciário e do Ministério Público da União já recebem salários mais altos. Conforme a edição mais recente da publicação Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com dados de 2016, a despesa média do Judiciário com magistrados é de R\$ 48,5 mil, e com servidores, de R\$ 15,2 mil. Enquanto isso, no Executivo, a remuneração média mensal é de R\$ 11,2 mil para ativos e R\$ 9 mil para inativos, segundo o documento elaborado pelo Ministério do Planejamento para o governo de transição do presidente eleito, Jair Bolsonaro. O documento do Planejamento atribui ainda o tamanho da despesa da União com pessoal ao que classifica como elevados rendimentos de servidores federais.

“Os altos níveis de gastos são impulsionados pelos altos salários dos servidores públicos, e não pelo número excessivo de servidores. Isso se verifica principalmente na esfera federal, onde os salários são significativamente mais altos que aqueles pagos a servidores dos governos subnacionais, ou a trabalhadores em funções semelhantes no setor privado.” Gil Castello Branco, da ONG Contas Abertas, vê dois problemas nesse cenário. O primeiro é a disparidade entre salários da União. “Deveria haver uma harmonia maior entre os



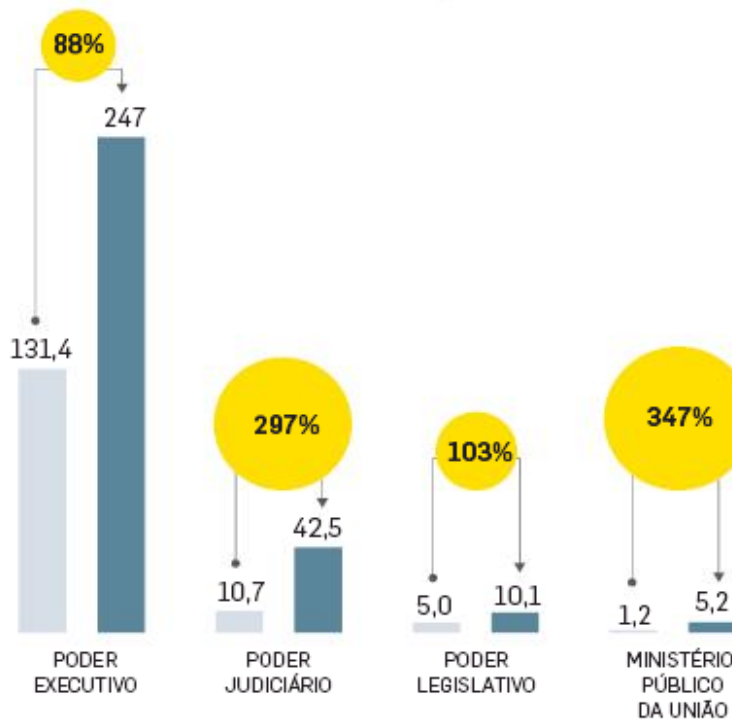


Poderes.” O segundo é a indexação dos salários ao teto constitucional. “O problema não é 11 ministros da Corte Suprema receberem R\$ 40 mil, o problema são as indexações”, disse, citando como exemplo o fato de um policial federal poder alcançar a mesma remuneração que recebem os integrantes da Corte. / MARIANNA HOLANDA, CAIO SARTORI, DANIEL BRAMATTI e ALESSANDRA MONNERAT

EVOLUÇÃO

Despesa com recursos humanos

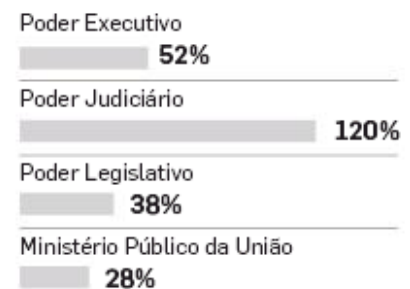
EM BILHÕES DE REAIS 1995 2017 DIFERENÇA PROPORCIONAL



Gastos com pessoal até outubro de 2018



Gasto efetivo acima do crescimento do total de servidores e superior à inflação



Para entidades, aumento da estrutura é explicação

Presidente da Ajufe cita ampliação do número de juízes federais no País e diz que Justiça não pode ser 'vista como custo'

Entidades representativas de juízes e procuradores federais atribuem a ampliação das despesas com pessoal nos últimos 20 anos a uma maior estruturação das instituições que, diferentemente do Executivo, eram bem menores. Segundo o presidente da Associação de Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando Mendes, no período da redemocratização havia apenas cerca de 50 juízes federais no País. Hoje, conforme Mendes, são mais de 2 mil espalhados por capitais e pelo interior do País. “Se a Justiça for vista como custo, realmente teve um aumento. Mas o aumento da estrutura também trouxe um lado positivo na arrecadação”, disse. A máquina pública cresceu e, no caso do Judiciário e do Ministério Público da União, se estruturou melhor nas últimas décadas. Até 1995, haviam sido implantadas 23 unidades do MP Federal em municípios e 33 nas capitais. O número saltou para 221 municípios após a sanção de

legislação de 1993 que definiu a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

“A instituição passou por um grande processo de interiorização, com a construção e instalação de procuradorias para atender a municípios em todo País”, diz nota da Procuradoria-Geral da República. Em duas décadas, o número de funcionários do MP da União aumentou 217%. Foi, de longe, o setor que mais cresceu proporcionalmente. O Judiciário, que fica na segunda colocação, aparece bem abaixo, com expansão de 67%. Para José Robalinho, presidente da Associação Nacional de Procuradores da República (ANPR), há um número maior de carreiras qualificadas no MPU e no Judiciário. “O Executivo é muito maior, você mistura as carreiras de elite com nível médio, aí a média é menor”, disse. “Tenho certeza que, se você olhar as carreiras-chave deles, Tesouro, Receita, AGU, e falô isso com tranquilidade, tenho certeza que tiveram reajustes maiores que a magistratura e o MP.” / M. H.

Desembolso com Judiciário chega a 2% do PIB no País

Segundo Samuel Pessôa, da FGV, valor é quatro vezes maior do que em países da OCDE; especialistas falam em 'poder de barganha'

Pesquisador associado ao Ibre/FGV, o economista Samuel Pessôa afirmou ao Estado que o gasto do Estado brasileiro com o Judiciário (considerando não só salários e benefícios, mas também custos para manutenção de estruturas e funcionamento) é quatro vezes maior do que em países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “O gasto desses países com Judiciário é de 0,5% do PIB, enquanto no Brasil está em 2%”, disse Pessôa. Segundo ele, esse alto custo tem dois principais motivos. O primeiro é o regime previdenciário da categoria. “Salários altos e aposentadorias com princípio de integralidade.”

A outra razão é que o Brasil tem enorme quantidade de recursos em várias instâncias. “Além da Justiça em primeira instância, há três instâncias recursais: Tribunal Regional Federal (TRF), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo

Tribunal Federal.” Pessôa ressalta que, em cada instância judicial, há inúmeros recursos e isso demanda funcionários. “O Brasil tem uma combinação complicada: autonomia do Judiciário e uma imensa dificuldade do Supremo de impor sua jurisprudência.” O descompasso no aumento de despesas com pessoal do Judiciário também é visto por outros especialistas como resultado da força de pressão do setor. “Eles conseguem ter esse aumento porque têm maior poder de barganha. Eles têm força para conseguir”, disse o professor da FGV Sérgio Luiz Moraes Pinto.

Um exemplo dessa força vem do benefício do auxílio-moradia, que existia por meio de duas liminares concedidas monocraticamente há quatro anos pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux. As liminares foram revogadas pelo próprio Fux na semana passada em troca do reajuste da categoria. Na sexta-feira, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, recorreu na Corte, pedindo a manutenção do benefício para as carreiras do Ministério Público. Gil Castello Branco, da Contas Abertas, classifica o reajuste salarial

sancionado na semana passada como “injusto”.

“Ainda que argumentem que são apenas reposições de perdas geradas pela inflação, o Brasil tem cerca de 13 milhões de desempregados e a enorme maioria das categorias profissionais na iniciativa privada não está obtendo o mesmo benefício.” Nelson Marconi, professor da FGV, rebate o argumento das categorias de que o reajuste não traria maiores despesas aos cofres públicos. Isso porque a remuneração no Judiciário causa o chamado efeito cascata, em que outras categorias que ganham o teto vão pedir equiparação de salários. “Sob o pretexto de que têm autonomia decisória, o que é correto, defendem que também possuem autonomia orçamentária e daí acabam pressionando por aumentos. Como muita gente não quer ter dor de cabeça com o Judiciário, aceitam a pressão”, afirmou o professor, que auxiliou o candidato derrotado do PDT à Presidência, Ciro Gomes. / MÔNICA SCARAMUZZO, MARIANNA HOLANDA, CAIO SARTORI, DANIEL BRAMATTI e ALESSANDRA MONNERAT

Um ano e meio após gravação de Temer, irmãos Batista estão R\$ 2,5 bi mais ricos

Na Bolsa. Donos de 40,6% da JBS, Joesley e Wesley detêm hoje R\$ 13 bilhões em ações da companhia; os papéis da empresa se valorizaram 23% desde maio de 2017, porque, apesar da reputação arranhada, os resultados operacionais melhoraram no período

Mônica Scaramuzzo

Um ano e meio após as delações dos irmãos Joesley e Wesley Batista virem à tona, a JBS, dona da Friboi, voltou a se recuperar – e os dois estão R\$ 2,5 bilhões mais ricos. Hoje, o valor de mercado da empresa – quase R\$ 32 bilhões – é 23% maior que no dia 17 de maio de 2017, quando as gravações de Joesley com o presidente Michel Temer tornaram-se públicas. As ações nas mãos dos Batistas, que detêm 40,6% da companhia, somam hoje R\$ 13 bilhões. Um dos maiores produtores de carne bovina do mundo, o grupo também teve seu nome envolvido, em março do ano passado, na Operação Carne Fraca, que investiga irregularidades e pagamentos de propinas a agentes do Ministério da Agricultura.

Mesmo com a reputação arranhada, o grupo conseguiu blindar sua operação e aumentar as vendas da companhia. Para conter a crise e evitar o desmanche do império da família, Joesley e Wesley deixaram, em maio de 2017, o conselho de administração da JBS e de outras empresas sob o comando da holding J&F. Desde então, passaram a negociar diretamente com bancos e investidores a venda de parte de seus negócios para fazer caixa e evitar a cobrança antecipada de dívidas de cerca de R\$ 20 bilhões que venciam até 2020. Entre maio e agosto do ano passado, foram vendidos frigoríficos do Mercosul (para o Minerva) e a Alpargatas (para o Itaúsa).

No mês seguinte, os irmãos venderam a Eldorado Celulose (para Paper Excellence) e a Vigor (para a mexicana Lala). Quando os dois irmãos foram presos em setembro passado, José Batista Sobrinho, o Zé Mineiro, pai e fundador da JBS, voltou ao comando da empresa, com o apoio do BNDES, principal sócio do grupo, com 21,3% do negócio. Os netos de Zé Mineiro – Wesley

Batista Filho e Aguinaldo Gomes Ramos – também passaram a integrar o conselho de administração da companhia. Joesley ficou seis meses preso e, seu irmão, cinco meses. Bancos ouvidos pelo Estado afirmaram que vários investidores tentaram comprar a participação dos Batistas na JBS, mas os irmãos se negaram a vender a totalidade ou parte de suas ações, mesmo com forte prêmio oferecido pelos papéis.

O foco desses investidores é comprar a fatia do BNDES. No dia 18 deste mês, Joesley, Wesley e dois executivos que fizeram delação – Francisco de Assis e Ricardo Saud – serão ouvidos pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido da defesa dos delatores. O ministro vai decidir se acata ou não a decisão da Procuradoria-Geral da República (PGR) de anular os efeitos das delações porque os donos da JBS teriam ocultado a suposta orientação prestada pelo ex-procurador Marcello Miller à J&F nas negociações, enquanto Miller ainda integrava o Ministério Público. Todos negam.

BNDES vai vender ‘campeã nacional’

Banco planeja oferecer ao mercado, a um único investidor ou aos poucos na Bolsa, sua fatia de 21,3% na JBS, adquirida entre 2007 e 2009

Mônica Scaramuzzo

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está se preparando para vender sua participação de 21,3% na JBS, segundo apurou o ‘Estado’. O banco enviará nas próximas semanas carta-convite às instituições financeiras para que elas possam participar do processo. A fatia do BNDES na JBS é avaliada no mercado em R\$ 6,8 bilhões, considerando o fechamento da cotação da ação na sexta-feira, a R\$ 11,77. O desenho de como será a venda da sua participação ainda não está definido: poderá ser feita em bloco para um único investidor ou negociada aos poucos na Bolsa. No auge da crise da JBS, o banco recebeu proposta de diversos investidores para a venda de sua fatia na empresa, mas as conversas não foram para frente.

Esses mesmos investidores tentaram comprar a participação dos irmãos Batista, segundo fontes. Entre os interessados estavam os fundos soberanos GIC e Temasek, de Cingapura; e o QIA, fundo de investimento do Catar. Executivos de três grandes bancos afirmaram ao Estado, sob condição de

anonimato, que a compra das ações da JBS detidas pelo BNDES não deve embutir um prêmio (valor adicional pago ao preço do negócio). O acordo de acionistas entre as duas companhias será revisado no fim de 2019. O BNDES sempre acompanhou o voto dos conselheiros e acionistas da JBS.

Essa relação começou a mudar no início de 2016, quando os controladores da companhia anunciaram a intenção de criar uma nova empresa e mudar a sede da JBS para a Irlanda. No ano seguinte, quando as delações vieram à tona, após o vazamento da conversa de Michel Temer feita por Joesley Batista, o BNDES passou a ser um crítico à gestão da JBS. Campeã nacional. O banco começou a comprar ações da companhia a partir de 2007. A JBS, ao lado de outros

frigoríficos, como Bertin e Marfrig, foi escolhida na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ser uma ‘campeã nacional’ e se internacionalizar.

Entre 2007 e 2009, o BNDESPar injetou R\$ 5,6 bilhões na JBS. Em 2008, o banco colocou R\$ 2,5 bilhões na Bertin, que foi incorporada à JBS. O BNDES informou, em nota, que o BNDESPar aprovou uma mudança recente para executar as alienações de ações da carteira. Entre elas, o cadastramento prévio de instituições financeiras para atuar como mandatários da BNDESPar no processo de venda. “O processo de cadastramento prévio foi iniciado e não tem vínculo com a venda de ativo específico”, disse o banco. Temasek não comenta rumores de mercado. GIC e QIA não retornaram.

DESEMPENHO APÓS DELAÇÃO

● Preço das ações da JBS ON sobe em um ano e meio



FOUNTS BROADCAST

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

JBS redefine prioridades e volta a planejar abertura de capital nos EUA

Empresa, que deve encerrar ano com receita de R\$ 200 bi, avalia compra de ativos que sejam complementares

Enquanto os controladores da JBS tentam manter de pé as delações fechadas com a Procuradoria-Geral da República, o comando da companhia voltou a fazer planos para retomar aquisições e abrir o capital da JBS nos Estados Unidos. Depois de vender vários ativos para reduzir dívidas nos últimos 18 meses, a companhia voltou a analisar ativos para comprar, mas as aquisições, desta vez, serão complementares a suas linhas de negócios. A americana Pilgrim's, controlada pela JBS, está

entre as interessadas nos ativos da BRF na Europa e Tailândia. O executivo Guilherme Cavalcanti, diretor financeiro e relações com os investidores da Fibria, está sendo sondado pelo grupo para comandar o IPO da JBS nos EUA, segundo fontes. Com faturamento de R\$ 163,2 bilhões no ano passado, analistas de mercado projetam que a receita da JBS deve encerrar este ano em cerca de R\$ 200 bilhões.

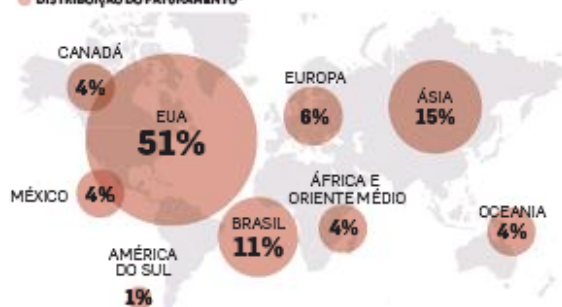
No terceiro trimestre, o grupo registrou prejuízo líquido de R\$ 133,5 milhões, ante lucro de R\$ 323 entre julho e setembro do ano passado. As vendas no mesmo período subiram 20,1%, puxadas

pela recuperação das operações no Brasil. O prejuízo refletiu efeitos cambiais e a adesão da JBS a um programa de incentivo fiscal. O mercado projetava resultado negativo de cerca de R\$ 900 milhões. Para Leandro Fontanesi, analista do Bradesco BBI, o bom desempenho operacional da JBS no Brasil e nos EUA, que respondem por mais de 50% das vendas do grupo, impulsionaram as ações da JBS. Não é caso da gigante BRF, dona da Sadia e Perdigão, que mudou a gestão em maio, com a chegada de Pedro Parente, mas ainda tem resultados operacionais ruins. /M.S.

PRESENÇA NO MUNDO

● Vendas da JBS SA são maiores fora do Brasil

● DISTRIBUIÇÃO DO FATURAMENTO*



* DADOS REFERENTES AO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2018

FONTE: JBS

INFOGRÁFICO: ESTADÁ

Luciano Coutinho nega caixa-preta do BNDES

Celso Ming

No dia 23, esta Coluna tratou da chamada caixa-preta do BNDES, que o presidente eleito prometeu abrir logo na primeira semana de governo. O ex-presidente do BNDES (período 2007-2016) Luciano Coutinho (foto) entendeu que devesse fazer esclarecimentos sobre certos pontos do texto. Aqui vão suas principais considerações:

Transparência – “O BNDES é um dos bancos mais transparentes do mundo. Disponibiliza em seu site informações detalhadas sobre todos os seus contratos de financiamento, incluindo as condições de crédito, valor, taxas, prazos, garantias, dados sobre os clientes e sobre os projetos apoiados.”

Financiamentos à exportação – “Começaram em 1996. O principal mercado de destino, com 45%, foi o dos Estados Unidos, sendo o da Argentina o segundo, com 10%. Nunca houve critério ideológico. As operações de exportação de bens e serviços de engenharia, menos de 5% dos desembolsos, jamais foram realizadas em detrimento dos financiamentos à infraestrutura no Brasil, que alcançaram em média 40% das operações do banco. Os financiamentos à exportação não envolvem o envio de recursos para o exterior. Os exportadores são pagos em reais, no Brasil, após a

comprovação, devidamente auditada, da concretização das operações.”

Financiamentos de governos – “O BNDES não financia gastos locais dos governos clientes, mas apenas bens e serviços produzidos no Brasil. Em média, os financiamentos do banco à exportação de bens e serviços intensivos em engenharia representavam 48% do valor total dos respectivos projetos. A parcela restante, de 52% em média, é coberta por financiamentos oferecidos por outras fontes externas e por recursos orçamentários locais.”

Anticorrupção – “A abertura dos dados foi implementada ao longo de minha gestão e aperfeiçoadas posteriormente. Também foram introduzidas práticas de compliance, aperfeiçoamento de controles, acordos de cooperação anticorrupção com instituições nacionais e internacionais. O BNDES jamais compactuou com quaisquer desvios. Operações com empresas implicadas em corrupção foram tempestivamente suspensas por mim, inclusive as de exportação de bens e serviços de engenharia, aguardando-se a conclusão dos processos da operação Lava Jato e a finalização dos acordos de leniência pertinentes.”

Sigilo bancário – “O BNDES cumpre as normas previstas na Lei Complementar 105/2001, que rege essa obrigação. Além de prestar contas regularmente aos órgãos de controle, como o Banco Central, a CVM, a CGU, ao TCU e a comissões do Congresso Nacional, o BNDES foi submetido a escrutínios, entre eles duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), a chamada “Operação Bullish” e, ainda, a comissões de apuração interna (CAI), essas últimas realizadas após a minha gestão. Esses processos de escrutínio, em especial a CAI relativa às operações com o grupo JBS/J&F – que concluiu seus trabalhos em junho passado –, não identificaram quaisquer indícios de ilícitos.”

Auditoria externa – “Está sendo realizada por empresa internacional independente que não encontrou, até o momento, nenhuma evidência de irregularidades ou concessão de vantagens indevidas em relação às empresas do Grupo J&F, conforme constata a Associação de Funcionários do BNDES.”

BNDESPAR – “Esta empresa de participações não é excentricidade brasileira. Instituições como o Banco Mundial e o BID e países como Alemanha, Japão, França, Itália, Coreia do Sul e China têm empresas





similares. Em geral, a missão destas é capitalizar empresas nacionais, fortalecer o mercado de capitais e administrar carteiras de valores mobiliários, com perspectiva de longo prazo.”

Retorno – “Entre 2007 e 2015, a BNDESPAR gerou resultado de caixa positivo, de R\$ 23,2 bilhões. Não dependeu de aportes do Tesouro, pois gerou seus recursos e ainda ajudou a gerar funding para o banco. Todos os investimentos da BNDESPAR foram efetuados a custos e condições de mercado. É falsa a versão de que operou em condições favorecidas ou subsidiadas para certos grupos ou empresas. O banco empenhou-se em apoiar o desenvolvimento da indústria de fundos, desde os de private-equity aos fundos de venture e de seed capital. No fim de 2015, tinha patrocinado 40 fundos, totalizando 145 empresas investidas. A BNDESPAR foi, ainda, parceira da Anbima no processo de concepção e aprovação da Lei 12.431, que criou as debêntures de infraestrutura.”